

241
8

4ª Câmara Cível

Apelação Cível 0175175-5 – 24ª Vara Cível de Recife

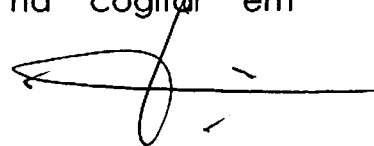
Apelante: Telemar Norte Leste S/A

Apelados: Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS .

Laudino Batista da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos.

EMENTA. AÇÃO DE PERFAZIMENTO OBRIGACIONAL DE SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA E PERDAS E DANOS. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO CELEBRADO SO A ÉGIDE DA PORTARIA 1361/76. PRELIMINARES. INÉPCIA DA INICIAL. ILEGITIMIDADE PASSIA AD CAUSAM. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUALANTE A NECESSIDADE D SE CHAMAR A UNIÃO FEDERAL COMO LITISCONSORTE NECESSÁRIO. DESACOLHIMENTO. MÉRITO: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DIVIDENDOS. DIREITO VIOLADO. 1. Não há que se cogitar em inépcia da inicial quando foram observados os pressupostos elencados pelo 282 e seguintes do CPC, inclusive porque não restou dúvidas quanto ao direito perseguido, mormente quando não se dificultou a defesa nem dificuldade ao deslinde da questão. 2. Tendo a recorrente (Telemar Norte Leste S.A.) sucedido à antiga Telpe, assumindo os direitos e obrigações, não há cogitar em



242
10

ilegitimidade passiva ad causam. **3.** Tendo ocorrido a exclusão da Telebrás da lide, não se deve cogitar em incompetência da Justiça Estadual. **4.** Não há decadência quando se trata de reivindicação de diferença de ações. Precedente jurisprudencial. **5.** Em não se pretendendo anular deliberação, mas, tão somente, diferença de subscrição de ações, inócorrem decadência ou prescrição. **6.** Tendo havido contrato de participação financeira entre demandante e demandado, este que sucedeu à Telpe, o adquirente tem direito a subscrição de diferença recebida a menor. **Recurso de apelação improvido.**

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº **0175175-5**, em que é recorrente **Telemar Norte Leste S/A**, e recorridos, **Telecomunicações Brasileiras (TELEBRÁS)** e **Laudino Batista da Silva**, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, em preliminar e à unanimidade, em rejeitar as preliminares, e, quanto ao mérito ainda, por unanimidade, em negar provimento ao apelo, tudo de acordo com os votos e demais peças.

Recife, 21/2/13.


Des. Tenório dos Santos

Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

4ª Câmara Cível

Apelação Cível 0175175-5 – 24ª Vara Cível de Recife

Apelante: Telemar Norte Leste S/A

Apelados: Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS

Laudino Batista da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos.

RELATÓRIO

Adoto inicialmente o relatório da sentença de fls. 115/120.

Cuida-se de ação que a parte demandante reivindica o pagamento de quantidade de ações adquiridas junto às empresas demandadas, calculado com fulcro no valor efetivamente pago dividido pelo valor patrimonial da ação (VPA), na data da assinatura do contrato.

Depois de rejeitar várias preliminares, com exceção da preliminar de ilegitimidade passiva da empresa Telebrás, o juízo a quo julgou parcialmente os pedidos.

Conforme fls. 146/160, a Telemar Norte Leste S.A., interpôs recurso apelatório, argüindo em preliminar a inépcia da inicial, de ilegitimidade passiva e de incompetência absoluta, em virtude da necessidade de intervenção da união como litisconsorte passiva.

No mérito, argúi a ocorrência de decadência e de prescrição. No mais, pugna pelo provimento do apelo.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

A Telebrás, que fora excluída do pólo passivo da lide, apresentou suas contrarrazões às fls. 166/173.

Não há contrarrazões da parte demandante, que também não recorreu ao decisum.

É o relatório, no essencial.

Recife, 22/3/12.

Tenório dos Santos

Des. Relator



115
Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária e Perdas e Danos

Processo nº 001.2006.005610-0

Autor: **Laudino Batista da Silva**

Rés: **Tele Norte Leste - TELEMAR e
Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS**

S E N T E N Ç A

Vistos etc.

Laudino Batista da Silva, devidamente qualificada nas fls. 02 dos autos, promoveu Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária e Perdas e Danos em face da **Tele Norte Leste - TELEMAR** e da **Telecomunicações Brasileiras - TELEBRAS**, também qualificadas nos autos às fls. 02.

Conta o autor que firmou com a **TELEBRAS** e com a extinta **Telecomunicações de Pernambuco - TELPE**, cuja sucessora é a **TELEMAR**, contrato de participação financeira para aquisição de ações das respectivas Companhias e o direito de instalação de uma linha telefônica.

Informa que as companhias telefônicas deixavam para subscrever as ações em até um (01) ano após a integralização do capital com base nas portarias do Ministério das Comunicações.

Ressalta que em virtude da possibilidade de flutuação do valor da respectiva ação dentro do período de 01 (um) ano (prazo para a emissão), surgiu o problema para a determinação do número a que corresponderia o preço pago, e, por conseguinte, da data do pagamento ou a data da sua capitalização.

Destarte, afirma que a questão cinge-se no fato de que o demandante recebera o pagamento do preço à vista, permanecendo com o dinheiro pelo prazo de doze (12) meses para realizar a aquisição das ações no momento que lhe aprouvesse. Portanto, entende que a parte ré deveria ter considerado o valor a ser transformado em ações aquele que foi pago à vista, na data da contratação,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

116
02/03/2011

dividindo-o pelo valor patrimonial da data da integralização (pagamento), obtendo resultado total de ações correspondentes a serem subscritas em favor do contratante.

Alega que tal modalidade de contrato firmado entre as partes constitui um contrato típico de adesão, estando as cláusulas contratuais predispostas de forma unilateral pela demandada, e o promitente/assinante, ora demandante, apenas adere ao seu conteúdo e forma. Assim, ressalta que o procedimento adotado pelas demandadas foi irregular ferindo os ditames da boa-fé objetiva, uma vez que deixaram que o preço de cada ação sofresse variação nos quase doze (12) meses em que o valor ficou sem que fosse efetuada a subscrição, além de ter sido efetuada a subscrição sem a atualização do preço pago pelo autor.

A seguir, expõe as razões e fundamentos do seu direito; colaciona jurisprudência; alega que aderiu ao contrato de participação financeira proposto pelas rés e, além da condenação das demandadas à emissão das ações faltantes, solicita o pagamento dos dividendos da parte que não recebeu; argumenta que, com a criação da TELPE Celular, os detentores de ações receberam uma igual quantidade de ações e que foi prejudicada por possuir menos ações do que deveria, solicita os benefícios da assistência judiciária gratuita e pede que: 1- seja reconhecido o direito da autor em receber a quantidade correta de ações correspondente ao valor pago, dividido pelo valor patrimonial da ação, na data da assinatura do contrato de participação financeira; 2- seja a ré compelida a emitir a quantidade de ações faltantes ou adquiri-las no mercado acionário para a autor; 3- seja indenizado no mesmo valor dos dividendos a que teria direito, que deveria ter recebido no últimos 20 anos, corrigidos e acrescidos de juros; 4- seja a ré compelida a adquirir, no mercado acionário, ações da extinta TELPE Celular (atual TIM), na quantidade a que teria direito quando da cisão da TELPE em TELPE Celular e a pagar indenização relativa aos dividendos não recebidos.

Com a citação, veio a contestação da primeira demandada.

Preliminarmente, alega a inépcia da inicial; a ilegitimidade passiva e a ausência da documentação probatória essencial à lide.

~~116~~



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

117

Com relação à preliminar de inépcia da inicial, a primeira demandada alega que o autor em sua exordial, em nenhuma oportunidade, especifica, precisa ou mesmo discrimina a causa de pedir e/ou o pedido. Afirma ainda, que o demandante formulou seu pedido sem guardar qualquer relação lógica com a narrativa dos fatos. Argumenta que pela completa ausência textual de causa de pedir, de formulação de pedido genérico, e de pedido supostamente incoerente com a narrativa dos fatos, seria inapta a inicial, devendo ser extinto o presente feito, sem a resolução do mérito.

Sobre a segunda preliminar de ilegitimidade passiva, afirma que a exploração do serviço de telefonia é controlada pela estatal TELEBRÁS, que recebia instruções governamentais do Ministério das Comunicações. Informa que a abertura de inscrição ao programa de expansão foi pautada nessas normas e instruções, não tendo qualquer participação na decisão que definiu a distribuição das ações da concessionária.

Acrescenta, ainda como preliminar, a ausência de documentação probatória essencial à lide, argumentando que a autor não provou os fatos constitutivos do seu direito. Tais fatos, segundo alega, deveriam ter sido demonstrados na inicial, uma vez que não se admitiria a inversão do ônus da prova.

A seguir, pelo alegado sobre as três preliminares, solicita a extinção do processo sem julgamento de mérito.

Passando à defesa do mérito, suscita que o objeto da presente lide trata de matéria relativa ao valor das ações adquiridas pelo demandante, entretanto, a integralização se deu no primeiro semestre de 1982 e primeiro semestre de 1988, enquanto os VPA'S utilizados foram os de 31.12.1981 e 31.12.1987, e as capitalizações ocorridas em 31.12.1982 e 31.12.1988, respectivamente, tendo por consequência, tudo ocorrido a mais de 90 (noventa) dias, se fosse considerado a data da publicação da presente ação. Destarte, aduz a decadência do direito do demandante consubstanciado no Código de Defesa do Consumidor, pelo que requer a extinção do processo com julgamento de mérito.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dcs. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

118

Alega ainda a prescrição da presente demanda de acordo com o art. 206, § 3º, do CPC, uma vez que o prazo prescricional previsto é de três (03) anos. Afirma também que, se adotado o prazo prescricional do CDC, também ocorreria a prescrição, porque o prazo ali previsto é de cinco (05) anos.

Ainda na defesa de mérito, afirma a primeira demandada que a TELPE/TELEBRÁS cumpriu todas as disposições formuladas pelo Ministério das Comunicações e os consumidores não foram obrigados a celebrar contratos; argumenta que o dano alegado pelo autor não pode ser presumido e não restou provado nos autos, não havendo, assim, qualquer direito à indenização; colaciona jurisprudência; junta documentos e pede a total improcedência do pedido da autor.

Às fls. 42/57 vem a contestação da segunda demandada. Antes de adentrar no mérito, suscita a ilegitimidade ativa do autor, a ilegitimidade passiva da demandada, o indeferimento da petição inicial por pedido juridicamente impossível, o litisconsórcio passivo necessário e a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar a presente ação.

Com relação a ilegitimidade do autor para figurar no pólo ativo, afirma que o mesmo vendeu as suas ações, e portanto, não é mais acionista da empresa, perdendo, por decorrente tal direito.

Alega, em seguida, a ilegitimidade passiva, afirmando que o autor comprou as ações junto a TELPE, atual TELEMAR, e que está pleiteando o recebimento de suposta diferença. No caso, argumenta que não deve ser requerido o pagamento a TELEBRÁS, uma vez que não há relação jurídica entre a autor e ela, segunda demandada. Dessa maneira, solicita a extinção do processo sem julgamento de mérito.

Pugna pelo indeferimento da inicial por haver pedido juridicamente impossível. Relata que o pedido do autor é vedado por lei, haja vista a forma de cálculo da ações possuir lastro legal e regulamentar que lhes sustentam. Assim, também pleiteia a extinção do processo sem julgamento de mérito.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUIZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

119
Belo

Salienta também a necessidade de litisconsórcio passivo da União, com base no art. 47 do CPC, repousando tal requerimento no art.14 da lei 5.792/72 onde a União deve intervir obrigatoriamente em todas as causas em a demandada for parte. Por consequência, tal fato torna incompetente o presente Juízo para processar e julgar o conflito em tela.

Alega ainda a prescrição, informando que o direito pleiteado pelo autor cinge-se aos contratos firmados no período 1980 a 1997, fato que, observado o Código Civil de 2002, e até mesmo o Código de 1916, levaria à conclusão da ocorrência da prescrição.

Por fim, aduz a impossibilidade de aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em Tela, pois os fatos narrados na inicial não correspondem a uma relação de consumo, pois não estariam presentes os elementos definidores de tal relação, mas sim residia uma relação societária, como suposto direito acionário de sociedade anônima.

Em seguida, no mérito, alega que o direito não socorre as pretensões do autor uma vez que o financiamento da aquisição da linha telefônica foi feito com a observância aos ditames da lei 6.0404/76.

Argumenta também, que tais contratos tiveram normas regulamentares próprias, as quais nortearam, com algumas diferenças, as formas de emissão das respectivas ações, consubstancia elencando uma série de portarias expedidas pelo Ministério de Comunicações e suas respectivas épocas.

Quanto ao pedido central do autor, qual seja, de subscrições das ações, a segunda demandada sustenta que não resiste à análise fática e legal, não devendo prosperar, haja vista o mesmo não ter respeitado todas as diretrizes legais existentes, não havendo que se falar em perdas e danos, já que não existiam os requisitos legais imprescindíveis a tal requerimento.

Alega que a metodologia teve respaldo regulamentar e que ocorreu de forma adequada à sistemática dos procedimentos societários, afirmando que somente



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

120

12/02/2018

após a aprovação do balanço é que o capital social da empresa passa a existir e que é possível falar em valor patrimonial.

Assim, requer a apreciação das preliminares e, caso não sejam acolhidas, seja declarada a total improcedência dos pedidos da parte autor.

Apesar de regularmente intimada, a parte autora não apresentou réplica, como se vê à certidão de fls. 132.

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

É o relatório.

Passo a decidir.

Cuida-se de ação em que a parte autor reivindica o pagamento da quantidade de ações adquiridas junto às empresas demandadas, calculado com base no valor efetivamente pago dividido pelo valor patrimonial da ação (VPA), na data da assinatura do contrato.

Com base no que preconiza o art. 330, inciso I, do CPC, entendo que a presente demanda versa sobre matéria exclusivamente de direito, o que configura a possibilidade de julgamento antecipado da lide.

Antes de adentrar no mérito, faz-se necessário como antecedente lógico a análise das preliminares suscitadas pelas demandadas.

Pois bem, da primeira preliminar levantada pela primeira demandada, qual seja de inépcia da inicial, entendo que a mesma não merece acatamento. Da análise da peça exordial, evidencia-se que estão presentes todos os requisitos pertinentes à individualização subjetiva e objetiva da ação conforme disposto no art. 282 do CPC. Houve estrita consonância com os fatos narrados e o pedido, constituindo este uma decorrência lógica dos fatos e fundamentos jurídicos expostos.

Analisando a segunda preliminar de ilegitimidade passiva, entendo que o fato de ser a primeira demandada a exploradora do serviço de telefonia controlada pela TELEBRAS não é argumento suficiente para a que se proceda

~~12/02/2018~~



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dcs. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

com a sua exclusão da presente lide. Ademais, é a primeira demandada a sucessora da antiga TELPE, empresa responsável pelo plano de expansão telefônica que deu origem à formação do contrato de participação financeira e, conseqüentemente, à emissão das ações ora em questão. Entendo que a argumentação de ilegitimidade passiva levantada pela TELEMAR não pode ser acolhida, uma vez que A TELEMAR herdou todos os direitos e todas as obrigações. Quaisquer que tenham sido os atos e obrigações da sucedida, deve a sucessora assumir como seus e procurar encaminhá-los de forma possível.

A Brasil Telecom, sucessora da CRT, no Estado do Rio Grande do Sul, foi responsabilizada pelo prejuízo causado pela capitalização tardia das ações aos consumidores que aderiram ao plano de expansão telefônica naquele Estado, corroborando o pensamento aqui esposado. Vejamos a jurisprudência acerca dessa questão:

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB A ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT E CELULAR CRT. DIVIDENDOS. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada, o mesmo podendo-se dizer em relação à CRT Celular, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CRT com a constituição da Celular CRT Participações S.A. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembléias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, e respectivos dividendos, tomando-se por base o valor patrimonial da ação na data da integralização. A contemplação das ações da Celular CRT resolvem-se em perdas e danos e/ou



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

captação no mercado acionário. Afastada a preliminar, negaram provimento a ambos os apelos. (Apelação Cível Nº 70014073217, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 23/03/2006).

Dessa maneira, indefiro também essa preliminar.

Quanto à argumentação de que a autor não apresenta documentação comprobatória do seu direito, entendo que a documentação apresentada para o momento é suficiente, uma vez que se tratam de documentos que provam que ela adquiriu as ações relativas ao plano de expansão. A demandada reconhece a existência das ações e não explica o motivo pelo qual a integralização das mesmas somente veio a ocorrer depois de quase doze (12) meses. Em casos da espécie não seria razoável exigir uma documentação que provasse o *quantum* perdido com a demora na integralização, uma vez que somente a demandada teria acesso a tais informações. Tais afirmações serão melhor analisadas quando da apreciação do mérito. No entanto, diante da dificuldade da autor em apresentar os documentos suscitados pela primeira demandada e ante os preceitos contidos no Código de Defesa do Consumidor nas relações de consumo, entendo que a preliminar deva ser afastada e por isso indefiro-a.

Passando a analisar a contestação da segunda demandada, passo a analisar as preliminares suscitadas pela mesma.

Quanto a primeira preliminar de ilegitimidade do autor para figurar no pólo ativo, entendo que a mesma não deva ser acolhida. Há prova nos autos de que o autor adquiriu as ações de forma legal e legítima e, percebendo a integralização demorou um ano, mobilizou-se para ter o prejuízo ressarcido. Afinal, quando comprou as ações, assumiu todas as obrigações e também os direitos a elas inerentes. É preciso enfatizar que o autor não comprou a linha telefônica adquirida pelos terceiros através da compra das ações. Ele comprou mesmo as ações e por esse motivo tem direito a buscar em juízo a diferença que julga pertinente, pelo tempo em que foi acionista. Assim, indefiro essa preliminar.

Quanto a alegação de ilegitimidade passiva da TELEBRAS, haja vista, não haver relação jurídica entre o autor e ela, segunda demandada, passo a ~~ter~~



algumas considerações. Verifico, desde já que da leitura dos autos, entendo que a TELEBRAS participou da efetivação da aquisição das ações realizada pelo autor junto à TELPE, atual TELEMAR, apenas como controladora. O contrato de participação financeira foi firmado entre a TELPE e o consumidor, adquirindo este as ações que originaram esta demanda. Entendo, assim, que a segunda demandada é pessoa estranha a presente lide e, por esse motivo, entendo pela sua exclusão do pólo passivo e pela extinção do processo sem julgamento de mérito em relação a TELEBRAS.

Passo ao exame de mérito.

Quanto à argumentação de ocorrência de decadência do direito, entendo que não há qualquer óbice legal ao pleito do autor. Não há previsão legal de decadência do direito de pleitear a complementação a título de diferença de ações. A jurisprudência pátria já se manifestou sobre esse assunto. Vide acórdãos abaixo, com grifos nossos. Assim, por todo o exposto, indefiro também este pedido.

Também com relação à prescrição, verifico que a primeira demandada alega como prazo o constante no Código Civil de 2002, enquanto que a Lei vigente à época da aquisição das ações era o Código Civil de 1916 e, considerando a Lei da época para analisar a argumentação de prescrição, tenho que tal pedido deve ser negado. Também há julgados no mesmo sentido, que podem ser conferidos logo abaixo.

Sobre os dois últimos pedidos levantados, a jurisprudência também já se manifestou:

↓
TJRS - EMENTA: BRASIL TELECOM S/A. AÇÕES. SUBSCRIÇÃO. DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. **Plenamente possível o ingresso em juízo por parte dos contratantes postulando complementação a título de diferença de ações, não havendo que se falar em decadência de direito e falta de interesse processual. Não há óbice legal para a pretensão dos autores, sendo descabida a extinção do feito por impossibilidade jurídica do pedido. Deram provimento ao apelo. Sentença desconstituída. Unânime. (Apelação Cível Nº 70012487377, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 01/09/2005). (Com grifos nossos).**

~~123~~



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dcs. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

124
Bart
TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LEGITIMIDADE ATIVA. ANÁLISE DO MÉRITO, FULCRO NO ART. 515, § 3º DO CPC. DEMAIS PRELIMINARES AFASTADAS. MÉRITO PROVIDO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ILEGITIMIDADE ATIVA. Entendimento do STJ pelo reconhecimento da legitimidade do cedente para propor **ações** desta natureza. Precedentes da 13ª C.C. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A companhia apelada é titular do interesse que se opõe àquele da parte autora, tendo a legitimidade para responder em juízo o pedido de complementação da **subscrição** acionária decorrente do contrato firmado. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. **Ao adquirente das ações, prejudicado por comportamento da sociedade, é indiferente a questão atinente à proporção entre as espécies de ações e autorizações necessárias à sociedade. De qualquer sorte, o pedido não é vedado por lei. DO MÉRITO. A prescrição (ou decadência) não ocorre na espécie, pois não se pretende anular deliberação assemblear. Busca-se sim, com base nos contratos firmados, diferença de subscrição de ações, sob alegação de esta não ter se dado em sua integralidade. Respeitante à questão de fundo, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, conforme assinala a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. PRELIMINARES REJEITADAS. APELO PROVIDO.** (Apelação Cível Nº 599356599, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Léo Romi Pilau Júnior, Julgado em 21/06/2005). **(Com grifos nossos).**

↓
Compulsando os autos verifico que a TELEMAR, antiga TELPE, afirma que cumpriu o disposto na portaria nº 86/01, emitida pela TELEBRAS, e anexa aos autos uma cópia do documento. Da leitura do documento depreende-se que não há qualquer orientação no sentido da realização da capitalização das ações até um ano. Há, sim, no item 5.1.1 do contrato a afirmação de que a capitalização deverá ser efetuada com base no valor patrimonial da ação, apurado no primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira. Tenha utilizado esse critério ou tenha utilizado o critério constante da Portaria 1.361/76 que prevê que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS não excedentes a doze (12) meses da integralização do valor da participação financeira, entendo que houve prejuízo ao promitente-comprador.

No entender deste juízo, o contrato de participação financeira firmado entre o consumidor que aderiu ao plano de expansão telefônica e a concessionária que presta o serviço público, no presente caso, é tipicamente de adesão. As cláusulas ali inseridas não foram objeto de análise por ambas as partes. Nesses casos

10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

125
como é sabido, ocorre a inversão do ônus da prova. Especificamente em um caso dessa espécie, é bastante difícil à autor fazer prova de que ao firmar o contrato o valor de participação financeira, o valor das ações era superior àquele valor utilizado quando a empresa decidiu pela capitalização das mesmas ações. Caberia, assim, a demandada fazer prova de que tal operação não trouxe qualquer prejuízo à demandante. Se comprovasse tal ocorrência, seria o caso de improcedência dos pedidos autorais.

A demandada não traz aos autos qualquer documento comprobatório de que as alegações da autor são infundadas. A sua defesa gravita em torno de uma tese jurídica. Afirma que todas as suas providências foram embasadas na portaria 86/01, que lhe orientava como proceder com a capitalização das ações. A observância do contido na portaria mencionada, bem como a observância do contido na 1.361/76, não lhe deu o direito de capitalizar as ações no tempo que lhe conviesse. Essa forma de agir, com base na portaria, gerou prejuízo financeiro para a demandante. A orientação contida na portaria promoveu desequilíbrio contratual entre as partes.

Não há como negar a percepção de abusividade na cláusula ou no ato administrativo que originou a questão ora apreciada. A adesão ao contrato de participação financeira com pagamento imediato e a ocorrência da capitalização das ações depois de quase um ano configura, a princípio, ato lesivo aos direitos do investidor. Ao aguardar por um longo lapso de tempo para proceder com a capitalização das ações, interpretou a demandada as orientações contidas na portaria apenas em benefício próprio, causando desequilíbrio entre as partes contratantes e afrontando a lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, tais como o princípio da boa-fé. Tal irregularidade há de ser corrigida, reconhecendo-se à promitente-compradora o direito às ações que não lhe foram subscritas. Há farta jurisprudência nesse sentido.

STJ - Processo REsp 500236 / RS ; RECURSO ESPECIAL
2003/0012246-5; Relator(a) Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (1102);
Relator(a) p/ Acórdão Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107); Órgão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dcs. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

Julgador T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento 07/10/2003; Data da Publicação/Fonte DJ 01.12.2003 p. 361 Ementa RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão, provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito.

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB À ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT E CELULAR CRT. DIVIDENDOS. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada, o mesmo podendo-se dizer em relação à CRT Celular, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CRT com a constituição da Celular CRT Participações S.A. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembleias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, e respectivos dividendos, tomando-se por base o valor patrimonial da ação na data da integralização. A contemplação das ações da Celular CRT resolvem-se em perdas e danos e/ou captação no mercado acionário. Afastadas as preliminares. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70014557490, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 20/04/2006).

126



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUIZ DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

124
15

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM S.A. COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATOS FIRMADOS SOB A ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DIVIDENDOS. Não se pode cogitar da implementação do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do Código do Consumidor, eis que relativo à reparação de danos por fato do produto ou serviço, e, não, de inexecução do contrato. **Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, e respectivos dividendos, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente na data da integralização.** Não há falar em atualização monetária do valor patrimonial da ação, porque o valor a ser utilizado, como dito, é aquele devidamente divulgado em balancete aprovado em Assembleia Geral e vigente à data da integralização, até porque os índices de correção monetária não guardam relação nenhuma com o valor da ação. Precedentes do STJ. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70013345350, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 06/04/2006).

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB A ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT. Tendo a parte demandante alienado apenas as ações que lhe foram subscritas, permanece como titular do direito de exigir a totalidade da prestação contratual. **A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembleias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dcs. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente à data da integralização. Afastadas as preliminares. Apelo parcialmente provido. (Apelação Cível Nº 70013589072, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 23/03/2006).

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB A ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembléias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente à data da integralização. Afastadas as preliminares. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70013458427, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 23/03/2006).

O contrato de adesão firmado pela autor, inclusive, como parte hipossuficiente, deve ter suas cláusulas interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. Dessa maneira, não poderia ter a demandada interpretação das cláusulas de capitalização das ações de maneira a favorecer, priorizar ou beneficiar a sua carteira de clientes em prejuízo dos contratantes consumidores.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

Diante do exposto, nos termos do art. 267, inciso VI, **julgo improcedente o pedido exordial sem análise do mérito com relação a segunda demandada, ante a sua ilegitimidade passiva.**

Outrossim, nos termos do art. 269, I, do CPC, **julgo parcialmente procedente** o pedido da autor para declarar ter a mesma direito a receber a quantidade de ações que não lhe foram subscritas e respectivos dividendos, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente na data da integralização, isto é, data em que ocorreu o pagamento integral do valor do contrato ou, alternativamente, o seu equivalente em dinheiro.

Em consequência, **condeno** a parte demandada a subscrever as ações faltantes e respectivos dividendos, na forma acima estipulada, em favor da autor ou pagar a mesma o seu equivalente em dinheiro, contados da data da assinatura do contrato, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, após regular liquidação de sentença.

Nesta, deve-se apurar a quantidade de ações ou o seu equivalente em dinheiro, resultante da diferença entre o que foi efetivamente integralizado e subscrito em momento posterior e o que deveria ter sido subscrito, na data da assinatura do contrato, com o pagamento do valor integral.

Com relação ao **pedido** de indenização no valor dos dividendos que deveriam ter sido recebidos nos últimos 20 anos, corrigidos e acrescidos de juros, tenho que o mesmo deva **ser julgado improcedente** ante a absoluta ausência de fundamentação jurídica e por se tratar de pedido indeterminado e aleatório.

Quanto ao **pedido** relativo a determinação judicial para que a ré adquira ações da TIM Nordeste, antiga TELPE Celular, equivalentes a quantidade de ações a que teria direito por ocasião da Cisão da Telpe em Telpe - Celular, e ao pagamento da indenização pelos dividendos não recebidos, **tenho que o mesmo deva ser julgado improcedente** por se tratar de matéria estranha à lide, ocorrida em momento posterior, apresentando causa de pedir diversa da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PE
Fórum do Recife - Rua Dês. Guerra Barreto, 200 - Ilha do Leite - Recife - PE
CEP: 50080-900 - Telefone: 3412-5224 / Fax: 3412-5222

constante nos autos, sem qualquer suporte fático, jurídico ou documental que o fundamente.

Condeno ainda o demandado a pagar, em decorrência do ônus da sucumbência, as custas judiciais e os honorários de advogado na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com base no art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50 e atento ao disposto no art. 20, § 4º, do CPC.

Transitado em julgado, ao arquivo.

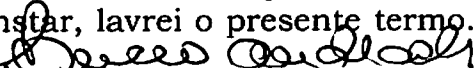
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Recife, 24 de Agosto de 2006.


Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho

Juiz de Direito

DATA E RECEBIMENTO

Nesta data recebi os presentes autos da parte do MM.
Juiz de Direito. Do que, para constar, lavrei o presente termo.
Recife, 24 de Agosto de 2006. Eu, 
Chefe de Secretaria, subscrevi.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos e/s -

243
10

4ª Câmara Cível

Apelação Cível 0175175-5 - 24ª Vara Cível de Recife

Apelante: Telemar Norte Leste S/A

Apelados: Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS

Laudino Batista da Silva

Relator: Des. Tenório dos Santos.

VOTO

VOTO PRELIMINAR - PRIMEIRA PRELIMINAR

Alega a recorrente, em suma que a exordial do pedido não preenche os pressupostos do artigo 282 e seguintes do CPC.

Inconsistente e sem qualquer respaldo processual é a preliminar em discussão. Abstrai-se Da petição inicial, sem dificuldades, que estão presentes os requisitos processuais, e tanto é que além de o juízo de piso não encontrar dificuldades para o deslinde da lide, inexistiu qualquer dificuldade para o recorrente oferecer sua defesa.

Assim, REJEITO a preliminar de inépcia da petição inicial.

É como voto.

VOTO PRELIMINAR- SEGUNDA PRELIMINAR

Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam da recorrente



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

244
E

Menos legítimo me parece a preliminar de ilegitimidade da recorrente. Ora, o fato de ser a primeira demandada (recorrente) exploradora de serviço de telefonia controlada pela Telebrás não se configura argumento suficiente para que se proceda a sua exclusão da lide.

Além disso, a recorrente é sucessora da antiga TELPE, que era responsável pelo plano de expansão telefônica que deu origem ao contrato de participação financeira e, via de consequência, a emissão das ações em debate. Aliás, herdou da antiga TELPE os direitos e obrigações.

Isto posto, REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva do recorrente.

É como voto.

VOTO PRELIMINAR- TERCEIRA PRELIMINAR

**Preliminar de incompetência absoluta em virtude da necessidade
de integrara à lide a União Federal**

Melhor sorte não socorre a apelante nesse particular. Ora, o dispositivo invocado (Artigo 14) da lei 5792/72 alberga as situações em que são partes as telecomunicações Brasileiras S.A. e a Telebrás. No caso em comento envolveu as Companhias Telemar Norte Leste S.A. e Telebrás, esta que foi excluída da relação processual, razão pela qual não incide o dispositivo invocado.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Isto posto, REJEITO a preliminar de incompetência da Justiça Estadual.

Voto de mérito

Como bem asseverou o togado singular no comando sentencial, ¹⁰ que a parte demandante pretende é a diferença da subscrição de ações e não a anulação da deliberação assemblear. Nesse particular não há óbice legal para abuso do direito alegado. Há precedente à respeito, cuja ementa transcrevo.

TJRS - EMENTA: BRASIL TELECOM S/A. AÇÕES. SUBSCRIÇÃO. DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. Plenamente possível o ingresso em juízo por parte dos contratantes postulando complementação a título de diferença de ações, não havendo que se falar em decadência de direito e falta de interesse processual. Não há óbice legal para a pretensão dos autores, sendo descabida a extinção do feito por impossibilidade jurídica do pedido. Deram provimento ao apelo. Sentença desconstituída. Unânime. (Apelação Cível Nº 70012487377, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 01/09/2005). (Com grifos nossos).

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. LEGITIMIDADE ATIVA. ANÁLISE DO MÉRITO, FULCRO NO ART. 515, § 3º DO CPC. DEMAIS PRELIMINARES AFASTADAS. MÉRITO PROVIDO, CONFORME ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ILEGITIMIDADE ATIVA. Entendimento do STJ pelo reconhecimento da legitimidade do cedente para propor ações desta natureza. Precedentes da 13ª C.C. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A companhia apelada é titular do interesse que se opõe àquele da parte autora, tendo a legitimidade para responder em juízo o pedido de complementação da subscrição acionária decorrente do contrato firmado. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Ao adquirente das ações, prejudicado por comportamento da



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

246
O

sociedade, é indiferente a questão atinente à proporção entre as espécies de ações e autorizações necessárias à sociedade. De qualquer sorte, o pedido não é vedado por lei. DO MÉRITO. A prescrição (ou decadência) não ocorre na espécie, pois não se pretende anular deliberação assemblear. Busca-se sim, com base nos contratos firmados, diferença de subscrição de ações, sob alegação de esta não ter se dado em sua integralidade. Respeitante à questão de fundo, o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização, conforme assinala a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. PRELIMINARES REJEITADAS. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 599356599, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Léo Romi Pilau Júnior, Julgado em 21/06/2005). (Com grifos nossos).

No mais, oportuno trazer, aqui, trecho do *decisum* recorrido, verbis:

"Compulsando os autos verifico que a TELEMAR, antiga TELPE, afirma que cumpriu o disposto na portaria nº 86/01, emitida pela TELEBRAS, e anexa aos autos uma cópia do documento. Da leitura do documento depreende-se que não há qualquer orientação no sentido da realização da capitalização das ações até um ano. Há, sim, no item 5.1.1 do contrato a afirmação de que a capitalização deverá ser efetuada com base no valor patrimonial da ação, apurado no primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira. Tenha utilizado esse critério ou tenha utilizado o critério constante da Portaria 1.361/76 que prevê que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS não excedentes a doze (12) meses da integralização do valor da participação financeira, entendo que houve prejuízo ao promitente-comprador. No entender deste juízo, o contrato de participação financeira firmado entre o consumidor que aderiu ao plano de expansão telefônica e a concessionária que presta o serviço público, no presente caso, é tipicamente de adesão. As cláusulas ali inseridas não foram objeto de análise por ambas as partes. Nesses casos, como



247
10

**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

é sabido, ocorre a inversão do ônus da prova. Especificamente em um caso dessa espécie, é bastante difícil à autor fazer prova de que ao firmar o contrato o valor de participação financeira, o valor das ações era superior àquele valor utilizado quando a empresa decidiu pela capitalização das mesmas ações. Caberia, assim, a demandada fazer prova de que tal operação não trouxe qualquer prejuízo à demandante. Se comprovasse tal ocorrência, seria o caso de improcedência dos pedidos autorais."

Por outro lado, a demandada não logrou em provar que as alegações do autor são infundadas, cuja defesa gira em torno de uma tese judiciária, afirmando que todas as providências foram fulcradas na Portaria nº 1361/76. Ora, essa forma de agir foi que causou prejuízo ao autor, ou seja, houve um desequilíbrio entre as partes contratantes.

A respeito da matéria colaciono os seguintes julgados:

STJ - Processo REsp 500236 / RS ; RECURSO ESPECIAL 2003/0012246-5; Relator(a) Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (1102); Relator(a) p/ Acórdão Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107); Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento 07/10/2003; Data da Publicação/Fonte DJ 01.12.2003 p. 361 Ementa RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO. QUANTIDADE MENOR. AÇÕES. DIREITO. RECEBIMENTO. DIFERENÇA. 1. Consoante entendimento pacificado no âmbito da Segunda Seção, em contrato de participação financeira, firmado entre a Brasil Telecom S/A e o adquirente de linha telefônica, este tem direito a receber a quantidade de ações correspondente ao valor patrimonial na data da integralização, sob pena de sofrer severo prejuízo, não podendo ficar ao alvedrio da empresa ou de ato normativo de natureza administrativa, o critério para tal, em detrimento do valor efetivamente integralizado. 2. Recurso especial conhecido em parte e, nesta extensão,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

248
B

provido para determinar a complementação da quantidade de ações a que os recorrentes não excluídos da lide teriam direito.

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB À ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT E CELULAR CRT. DIVIDENDOS. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada, o mesmo podendo-se dizer em relação à CRT Celular, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CRT com a constituição da Celular CRT Participações S.A. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembléias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, e respectivos dividendos, tomando-se por base o



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

249
10

valor patrimonial da ação na data da integralização. A contemplação das ações da Celular CRT resolvem-se em perdas e danos e/ou captação no mercado acionário. Afastadas as preliminares. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70014557490, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 20/04/2006).

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BRASIL TELECOM S.A. COMPLEMENTAÇÃO DE OBRIGAÇÃO. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATOS FIRMADOS SOB A ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES. DIVIDENDOS. Não se pode cogitar da implementação do prazo prescricional quinquenal previsto no art. 27 do Código do Consumidor, eis que relativo à reparação de danos por fato do produto ou serviço, e, não, de inexecução do contrato. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, e respectivos dividendos, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente na data da integralização. Não há falar em atualização monetária do valor patrimonial da ação, porque o valor a ser utilizado, como dito, é aquele devidamente divulgado em balancete aprovado em Assembléia Geral e vigente à data da integralização, até porque os índices de correção monetária não guardam relação nenhuma com o valor da ação. Precedentes do STJ. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70013345350, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 06/04/2006).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

250
P

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB À ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT. Tendo a parte demandante alienado apenas as ações que lhe foram subscritas, permanece como titular do direito de exigir a totalidade da prestação contratual. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembleias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente à data da integralização. Afastadas as preliminares. Apelo parcialmente provido. (Apelação Cível Nº 70013589072, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 23/03/2006).



254
e

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

TJRS - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO INDEVIDA. CONTRATO FIRMADO SOB À ÉGIDE DA PORTARIA 1.361/76. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO AFASTADAS. PRESCRIÇÃO INOCORRENTE. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DA CRT. A legitimidade da Brasil Telecom, como companhia demandada, decorre da celebração do contrato de participação financeira entre a parte demandante e a CRT, sucedida pela companhia demandada. Inexistindo regra legal proibitiva, é perfeitamente cabível o pedido de complementação da obrigação, com a entrega de determinado número de ações. Visando a demanda à subscrição da diferença das ações recebidas a menor em decorrência do adimplemento defeituoso do contrato, por erro praticado pela empresa demandada, com a subscrição efetuada de forma indevida, não há falar em aplicação do disposto no artigo 286 da Lei nº 6.404/76, que versa sobre a anulação de decisões das assembléias de acionistas, que por óbvio, não é pretensão da demandante. Tratando-se de típico contrato de adesão, ainda que a Portaria nº 1.361/76 contenha previsão para que os prazos para retribuição das ações sejam fixados pela TELEBRAS, não excedentes a doze meses da integralização do valor da participação financeira, não poderia a companhia demandada subscrever as ações no momento que mais lhe convinha, utilizando-se da prerrogativa outorgada pela Portaria referida, em benefício próprio, interpretando o regulamento do Poder Concedente em afronta à lei e a princípios informadores do ordenamento jurídico, como o princípio da boa-fé, em nítido prejuízo à parte promitente-assinante, razão pela qual deve ser corrigida a irregularidade, reconhecendo-se o direito da parte adquirente às ações que não lhes foram subscritas, tomando-se por base o valor patrimonial da ação vigente à data da integralização. Afastadas as preliminares. Apelo provido. (Apelação Cível Nº 70013458427, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dálvio Leite Dias Teixeira, Julgado em 23/03/2006).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Isto posto, **nego provimento ao apelo**, e conseqüentemente, mantenho a sentença recorrida.

É como voto.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Recife, 21/2/13 .

Tenório dos Santos

Des. Relator



4ª CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº	0175175-5
Apelante:	TELEMAR - Tele Norte Leste S/A
Apelado:	Laudino Batista da Silva
Relator:	Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos
Revisor:	Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto de Revisão

Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto contra decisão do juiz da 24ª Vara Cível da Comarca de Recife, nos autos da AÇÃO DE PERFAZIMENTO OBRIGACIONAL DE SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA E PERDAS E DANOS, movida por LAUDINO BATISTA DA SILVA contra a TELE NORTE LESTE - TELEMAR e a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS - TELEBRÁS, que julgou parcialmente procedente o pedido da inicial e condenou a apelante a subscrever as ações faltantes e respectivos dividendos em favor da demandante ou a pagar ao mesmo o seu equivalente em dinheiro.

Na peça exordial, o autor explicitou que lhe foram repassadas menos ações quando da assinatura do contrato de participação financeira na companhia telefônica demandada, razão pela qual teria sofrido prejuízo de ordem patrimonial.

A TELEMAR interpôs o presente recurso, aduzindo, preliminarmente, a inépcia da inicial, a sua ilegitimidade passiva e a incompetência absoluta da Justiça Estadual, devido ao litisconsórcio passivo necessário com a União. Como prejudiciais de mérito levantou a decadência e a prescrição.

No mérito, a apelante argumentou ter atuado em observância as determinações da TELEBRÁS, pautada, por sua vez, nas portarias do Ministério das Comunicações, e que, no caso em epígrafe, a Portaria nº 86/91 regeu a relação firmada entre apelante e apelado.

DA INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

Com relação à primeira preliminar suscitada, a inépcia da inicial, a apelante alega que a peça vestibular não especifica, precisa ou discrimina a causa de pedir e o pedido. Afirmar também que o pedido foi formulado sem guardar qualquer relação lógica com a narrativa dos fatos.

Não merece prosperar a preliminar levantada. Estão presentes os requisitos pertinentes à individualização subjetiva e objetiva da ação à luz do art. 282 do CPC, constituindo o pedido uma decorrência lógica dos fatos e fundamentos jurídicos expostos.

Assim, rejeito este pedido.

DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL

A recorrente defende a incompetência absoluta da Justiça Estadual para a causa, sob o fundamento de que a União seria responsável pela defesa da legalidade

das portarias que fixaram o critério de aferição do valor das ações objeto da demanda.

Ora, não obstante os argumentos lançados pela Telemar no intuito de atribuir à União a responsabilidade pelas condutas por si adotadas enquanto concessionária pública, não merece acolhida a tese pretendida, uma vez que o contrato de participação financeira foi firmado entre a Telpe e a consumidora e a Telebrás apenas como controladora participou da efetivação da aquisição das ações realizadas pela autora junto à Telpe (atual Telemar).

Portanto, não se vislumbra qualquer interesse da União no que tange ao direito da apelada a receber as ações que não lhe foram subscritas e os respectivos dividendos.

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA TELEMAR

A apelante aduz ser a exploração do serviço de telefonia controlada pela estatal Telebrás, que recebia instruções governamentais do Ministério das Comunicações, não tendo participação na decisão definidora da distribuição das ações.

A TELPE, empresa responsável pelo plano de expansão telefônica que deu origem ao contrato de participação financeira, foi sucedida pela Telemar, que herdou todos os direitos e todas as obrigações da sucedida.

Destarte, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva.

DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO

Como prejudiciais de mérito a apelante levantou a decadência e a prescrição, com fulcro nos dispositivos 26 e 27, do Código de Defesa do Consumidor.

Quanto à decadência, inviável a aplicação do art. 26, já que este dispositivo disciplina os casos de vícios aparentes ou de fácil reparação, completamente distinto do pagamento de diferenças na subscrição de ações.

Tenho que não existe previsão legal relativa ao prazo para requerimento da complementação pretendida.

Ademais, a recorrente afirma que o direito de ação da apelada estaria prescrito, sob o fundamento de que o prazo prescricional, no caso em tela, seria de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 27 do CDC. Ademais,

Não se sustenta a alegação da recorrente, uma vez que o direito em questão é de natureza pessoal e obrigacional, encontrando previsão na legislação civil - art. 177 do Código Civil de 1916 e artigos 205, 2.028 e 2.035 do Código Civil de 2002 -, com incidência dos prazos prescricionais vintenário e decenal respectivamente.

Outrossim, o termo inicial do prazo é a data em que as ações foram emitidas a menor.

Nesse sentido, vejamos o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO AÇIONÁRIA. DIREITO OBRIGACIONAL. NATUREZA PESSOAL. PRAZO PRESCRICIONAL GERAL. TERMO A QUO. DATA DA SUBSCRIÇÃO DEFICITÁRIA DAS AÇÕES. 1. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal. Dessa forma, incidem os prazos prescricionais vintenário e decenal, previstos, respectivamente, no art. 177 do Código Civil/1916 e nos arts. 205 e 2.028 do Código Civil/2002. Nesse sentido: REsp 1.033.241/RS - submetido ao procedimento dos recursos especiais repetitivos (CPC, art. 543-C) -, 2ª Seção, DJe de 5/11/2008. 2. O termo inicial para o cômputo do referido prazo prescricional deve ser a data da subscrição deficitária das ações, ou seja, a data em que as ações foram emitidas a menor pela companhia ao aderente do contrato de participação

financeira. 3. *Agravo regimental a que se nega provimento.* (AgRg no Ag 1302617/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2011, DJe 09/05/2011).

Assim, não assiste razão à empresa apelada quanto a procedência de tal prejudicial de mérito, já que, conforme explicitado na contestação (fl. 41), a apelada quitou o contrato em única parcela na data de 17/04/1995 (fl. 10) e a capitalização aconteceu no ano seguinte (28/06/1996), enquanto a ação foi ajuizada em 10 de fevereiro de 2006, ou seja, menos de 10 anos após a capitalização.

Destarte, afasto estas prejudiciais de mérito.

DO MÉRITO

Na inicial, a autora alegou que lhe foram repassadas menos ações quando da assinatura do contrato de participação financeira na companhia telefônica demandada, motivo pela qual teria sofrido prejuízo de ordem patrimonial.

No recurso apelatório, a Telemar rebate os argumentos da demandante, alegando ter atuado em observância as determinações da TELEBRÁS, pautada, por sua vez, nas portarias do Ministério das Comunicações, e que, no caso em epígrafe, a Portaria nº 86/91 regeu a relação firmada entre apelante e apelada.

Verifico, no documento de fls. 93 juntado pela Telemar, que a capitalização (geração das ações) aconteceu um ano após o pagamento integral (17/04/1995) e que o valor patrimonial da ação (VPA) foi apurado em 31/12/1995, ou seja, 8 (oito) meses após o mês da integralização.

A empresa recorrente afirma ter cumprido o disposto na Portaria 86/91 para proceder com a capitalização das ações.

Todavia, a Portaria 86/91 do Ministério das Comunicações estabelece no item 5 que as importâncias recebidas a título de participação financeira serão capitalizadas e retribuídas em ações, após a sua integralização pelo promitente-assinante e *"a capitalização deverá ser efetuada com base no valor patrimonial da ação, apurado no primeiro balanço elaborado e auditado após a integralização da participação financeira"*.

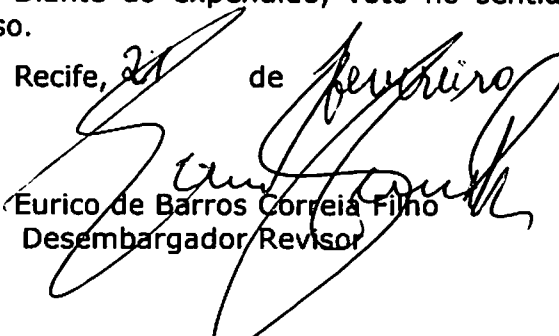
Como acima explicitado, o VPA foi apurado em 31/12/1995 - 8 (oito) meses após a integralização (pagamento em 17/04/1995).

Com efeito, a **Súmula 371** do Superior Tribunal de Justiça estabelece: *"Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o valor patrimonial da ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização."*

Por conseguinte, totalmente descabida a alegação da apelante, na medida em que os próprios documentos acostados pela empresa comprovam que o VPA não foi apurado com base no balancete do mês da integralização, encontrando-se em confronto com a Súmula 371 do STJ e com as portarias ministeriais sobre o assunto.

Diante do exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso.

Recife, 21 de fevereiro de 2013.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Revisor

mwl



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL – 21/02/2013
APELAÇÃO CÍVEL Nº 175175-5 – RECIFE/PE
APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
APELADO: TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS – TELEBRÁS E OUTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS
REVISOR: DESEMBARGADOR EURICO BARROS

RELATÓRIO ÀS FLS. 230/231 DOS PRESENTES AUTOS.

VOTOS DO RELATOR E DO REVISOR ÀS FLS. 243/252 E 253/255 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Acompanho.

DECISÃO:

"A PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA POR INÉPCIA DA INICIAL, REJEITADA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE INTEGRAR À LIDE A UNIÃO FEDERAL

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Acompanho.

DECISÃO:

"A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE INTEGRAR À LIDE A UNIÃO FEDERAL, REJEITADA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RECORRENTE

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)
Acompanho.

DECISÃO:

"A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA RECORRENTE, REJEITADA À UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA."

PRELIMINAR DE DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Aí é uma prejudicial de mérito.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Decadência e prescrição deveriam ter vindo antes.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não, aí é uma prejudicial de mérito.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Como prejudicial de mérito, não é Desembargador?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

E tem decadência e prescrição?

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Se tem decadência e prescrição, primeiro decadência e prescrição, para depois irmos com as outras.

Quênir



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Questão meritória.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu não vi, não. Confesso que não vi.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência vai conhecer? Enfrentar, ou então... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

O apelante levantou a decadência e a prescrição com fulcro no art. 26 e 27... (interrompido)

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (PRESIDENTE)

A TELEMAR, foi?

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Desembargador Tenório vai deixar de conhecer? Confundem-se com o mérito?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Foi, 26 e 27 do Código de Defesa do Consumidor.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Bom, inépcia da inicial é a primeira, que nós já rejeitamos.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Certo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Sim.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

A segunda, ilegitimidade passiva, nós rejeitamos. Bom, estou dizendo assim, mas colocamos incompetência no lugar... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Eu coloquei incompetência na ordem... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Certo.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Vamos ver, incompetência absoluta, também.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Da TELEMAR, já foi colocada aqui.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Quanto ao mérito... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Eu posso ver, Desembargador, porque o apelante levantou, veja bem, ele diz o seguinte (fls. 254): "(...) a recorrente afirma que o direito de ação da apelada estaria prescrito, sob o fundamento de que o prazo prescricional, no caso em tela, seria de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 27 do CDC."

Gravil



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É, realmente.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Essa deveria, vamos colocá-la como primeira, não é? Prescrição?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não pode ser, porque é mérito, não é Desembargador?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É porque fizemos de acordo com... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Desembargador, vamos colocá-la como primeira, Vossa Excelência vai conhecer, ou vai... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não, eu vou conhecer e rejeitar: ele está alegando e tem o direito de alegar.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Rejeitar Desembargador? Vossa Excelência está entrando no mérito.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Sim, mas estamos destacando. Se Vossa Excelência não quer destacar, eu deixo no mérito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Prescrição é mérito!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Não sou eu, Desembargador, é problema da atecnia, porque a prescrição, se conhecermos e se confunde com o mérito, vamos julgar duas vezes a mesma causa.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não, atecnia... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

É só isso, o problema da atecnia.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

É lógico que se tem que destacar, Desembargador, e estou destacando-a.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu também.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Eu também quero destacar tanto, que quero que seja a primeira de todas.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

É, mas aqui o Regimento e o Código de Processo tem: competência, cabimento do recurso, tempestividade, legitimidade... (interrompido)

Guarix



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Desembargador, Vossa Excelência vai não conhecer, não é?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Olhe, prescrição e decadência... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência não vai conhecer, não é?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Conhecer, é... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Não conhecimento.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Dizer que não há decadência!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Não conhece, não é! Vossa Excelência não vai conhecer.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não vai conhecer?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não, eu estou... (interrompido)

Ignaci



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Rejeitando!

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Rejeitando, eu estou conhecendo.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu também estou!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência também está?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Estou rejeitando e já... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Estou apreciando e rejeitando, Desembargador!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

E a mesma coisa vamos fazer na Apelação, também?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Então, Vossa Excelência quer anunciar o julgado no mérito... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Não é o problema de anunciar o julgado, Desembargador, porque se fizer isso como prejudicial de mérito, rejeitando, estou entrando no mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Aí, vou entrar no mérito de novo na Apelação, sobre o mesmo fato, Desembargador?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Claro que sim!

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Mas o argumento do mérito é um dos fundamentos da irresignação, só que é uma prejudicial de mérito, porque prescrição, decadência... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Por isso mesmo, Desembargador, que é prejudicial de mérito!

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Bom, Vossa Excelência está presidindo, faça da maneira que Vossa Excelência entender!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Prejudica o mérito. Não, somos um Colegiado e estou somente tentando entender... (interrompido)

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Sim, porque meu voto vai ficar... (interrompido)

Ignat



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

E o meu também!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência está rejeitando?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Estou rejeitando a prejudicial de mérito. Se Vossa Excelência quer destacar! Se não quiser... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência também está rejeitando?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Estou rejeitando da mesma... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Eu entendo que a prejudicial de mérito não deve ser conhecida porque se confunde com o mérito.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não, mas no mérito ele alega outra questão!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

No mérito é outra questão.

João



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência não acabou de ler e disse que é prejudicial de mérito?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

O mérito pode ter vários fundamentos e pode se decidir... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Inclusive esse, não é Desembargador?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Inclusive esse, está certo. Uma questão fulcral não é essa.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência está rejeitando?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Estou rejeitando.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência também rejeita?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Estou.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Eu divirjo.

Gravil



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"REJEITADA, POR MAIORIA, A QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO, VENCIDO O VOGAL, QUE NÃO A CONHECIA POR SE CONFUNDIR COM O MÉRITO."

MÉRITO

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência também é desse modo, Desembargador?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Está negando provimento?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Então, descabida a alegação da apelante, negando provimento. Aí é uma questão... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência também está negando provimento?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu estou negando provimento.

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

A questão é outra, Desembargador, totalmente outra.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Estou negando provimento.

Gravado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Então, tem que destacar! Perdoe-me... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Desembargador, o problema não é esse, Desembargador!

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu rejeito a prejudicial... (interrompido)

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

É quando se fala em prejudicial de mérito, Desembargador, é porque se vai, e vou dar o exemplo agora, Desembargador, parece-me que não estou sendo entendido, estou falando grego, meu Deus do céu!

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Se disséssemos aqui: que estava prescrita, faríamos o quê mais no processo?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Prejudicial de mérito e acabava. Pronto!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

E então, Desembargador, por isso mesmo, Desembargador!



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Mas se rejeita, vai-se ao mérito!

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (REVISOR)

Não tem fundamento, não é nem apreciável!

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (PRESIDENTE)

Com a Turma.

DECISÃO:

"APELAÇÃO DESPROVIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA. DECISÃO
INDISCREPANTE."

Quint